

EPISTEMOLOGIA E FORMAÇÃO EM ARQUIVÍSTICA

Algumas Notas sobre Cursos e Planos Curriculares^(*)

Armando B. Malheiro da Silva

Assistente de investigação na Universidade
do Minho; Docente de Arquivologia no CECD
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

1. Começa, finalmente, a generalizar-se no meio arquivístico português já não a certeza de que o actual modelo de formação se desactualizou, mas sim a necessidade da sua urgente alteração ou até da sua substituição por outro mais ajustado aos desafios do presente e do futuro.

Isso mesmo ressalta de um facto recente. Por despacho de 3 de Janeiro de 1995 a Universidade Nova de Lisboa reestruturou a Licenciatura em História, criando-se, entre outras, uma variante de Ciências Documentais. Sobre esta iniciativa limito-me, aqui, a reconhecer que a criação, pioneira em Portugal, de uma licenciatura em Ciências Documentais veio desferir o golpe de misericórdia no modelo de formação em vigor, embora a licenciatura criada na Universidade Nova seja, afinal, o «rato parido pela montanha». Como se diz, de forma

^(*) Esta é a versão definitiva da intervenção que tive o gosto de fazer em 6 de Julho de 1995 na Mesa-Redonda sobre «Formação Profissional na área BAD», realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

certeira, em Editorial do último número da «Notícia BAD»: «a UNL não criou uma licenciatura de raiz, justificada por disciplinas específicas e enriquecida pela interdisciplinaridade de diversas áreas científicas. Pelo contrário, a UNL limitou-se a criar uma variante, de licenciatura em História acrescentando-se, recuperando uma relação há décadas lançada ao caixote do lixo»¹. Não é, porém, este o caminho indicado para renovar e melhorar a formação BAD.

Ao invés, a discussão conjunta e séria da problemática em causa continua a ser a melhor maneira para tentarmos equacioná-la. Não posso, por isso, deixar de ter em conta o oportuníssimo texto intitulado «Curso de Especialização em Ciências Documentais - 10.º Aniversário. Balanço e perspectivas futuras», elaborado pelas docentes do C.E.D.C. do Porto para servir de introdução ao debate na presente Mesa-Redonda. A sua importância leva-me a destacar as seguintes considerações:

«É relativamente a esta disparidade de situações que nos merece alguma reflexão a estrutura curricular dos Cursos de Especialização em Ciências Documentais. Querer responder cabalmente às necessidades de formação para tão vasto leque de situações, ainda por cima com uma formação de apenas dois anos, em que se começa pelo mais elementar, resulta, a nosso ver, numa resposta insuficiente ou mesmo inadequada. (...)

Outro caso exemplar é o da Arquivística que, pela afirmação que tem feito como disciplina autónoma, com um objecto e método próprios, carece de um «espaço» mais lato do que o que lhe é reservado nos actuais Cursos, não obstante as interligações com as outras áreas, no quadro das Ciências da Informação. (...)

Como consequência da situação acima exposta, verifica-se ainda uma notória falta de produção teórica na área das Ciências da Informação, pois a investigação séria não se coaduna com uma situação de *part-time*, para além de 36 horas semanais de trabalho numa instituição. Assim, parece-nos que, enquanto as Universidades não puderem garantir um corpo docente de carreira para leccionar nos C.E.C.D. (ou outros que se venham a criar), a formação nesta área irá sempre sofrer de deficiências várias, não se fazendo «escola», nem se podendo garantir, em simultâneo, uma linha de investigação científica, absolutamente indispensável à actividade docente»².

¹ Editorial. *Pretérito imperfeito*. «Notícia BAD», Lisboa, série 2, 6, Jan.-Mar. 1995, p. 5.

² RIBEIRO, Fernanda; CERVEIRA, Elisa; AZEVEDO, Ana Gonçalves — *Curso de Especialização em Ciências Documentais - 10.º Aniversário. Balanço e perspectivas futuras* («draft» distribuído na sessão pública de 6 de Julho de 1995).

A justeza desta opinião justifica umas notas sobre o que considero ser a questão de fundo do tema em debate: não pode haver formação científica sem uma aposta séria e profunda na investigação (quer epistemológica, quer aplicada). E, por razões óbvias, cinjo-me, apenas, à situação da Arquivística.

2. Além da forma há a substância e é sobre esta que nos devemos debruçar num momento de viragem decisiva para o futuro da formação BAD em Portugal.

Mas como?

Cuidar da substância não é resolver problemas práticos, determinados pela conjuntura, sem se questionar os motivos profundos das opções tomadas. Cuidar da substância não é repetir os paradigmas historicista e «tecnicista», o primeiro dos quais levou, em 1933, à criação do antigo Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras de Coimbra, e o segundo à sua reformulação por portaria n.º 448/83 de 19 de Abril e à fundação de novos Cursos em Lisboa e Porto. Cuidar da substância não é, volvidos uns dez ou mais anos, deitar fora a experiência acumulada durante a vigência do actual modelo de formação e partir para novas aventuras formativas.

Cuidar da substância é pensar radicalmente o problema que temos diante de nós e isto implica, desde logo, a formulação de algumas perguntas simples e básicas:

O que são as Ciências Documentais?

O que é a Arquivística?

O que é um Arquivista?

Não é meu propósito responder detalhadamente às perguntas formuladas, mas tão só demonstrar a urgência de se descer à raiz e de se abandonar em definitivo as abordagens superficiais.

Até agora, e sobretudo em Portugal, generalizou-se o uso da expressão Ciências Documentais sem que tenha sido produzida ainda uma reflexão epistemológica sobre a sua natureza, fronteiras e fins. Docentes e alunos têm-se guiado por ideias gerais e empíricas, por uma certa sensibilidade, e assim se foram mantendo, em tensão crescente, disciplinas centradas na descrição e no acesso ao documento, pelo que têm sido julgadas similares e compatíveis com um modelo unificado de formação. Um modelo que, devido a contingências sociais e económicas, nacionais e internacionais, dá agora sinais de esgotamento e de ruptura. Erguem-se, por isso, vozes, exigindo uma mudança e dão-se alguns passos, como foi o caso da Universidade Nova de Lisboa, no sentido de um modelo alternativo — a licenciatura. Mas em que pressupostos epistemológicos se funda a pretendida mudança?

Percebo que se queira mudar por razões que se prendem com as vertiginosas alterações do mercado de trabalho, com a integração europeia ou com as múltiplas exigências das chamadas tecnologias da informação, contudo tais razões pouco ou nada têm a ver com o essencial, ou seja, com a evolução e a complexificação do conhecimento produzido no âmbito destas disciplinas.

Concentremo-nos no caso da Arquivística e da respectiva formação.

Antes de se discutir o aumento da carga de disciplinas indispensáveis à actividade do arquivista e o reforço autónómico da variante Arquivos no quadro da formação em Ciências Documentais, a atitude epistemologicamente correcta consiste em saber o que elas são e qual o posicionamento da Arquivística em relação a elas. Consiste, afinal, em indagar o que se tem ostensivamente ignorado: qual o(s) método(s) e o(s) objecto(s) dessas ciências? Há uniformidade ou grande heterogeneidade entre elas? Como pensá-las, agora, dentro da chamada «sociedade da informação»?

As Ciências Documentais estão presas por um elo frágil e equívoco - o documento. O valor jurídico, diplomático e histórico do documento tem condicionado desde, pelo menos, o séc. XIX, a evolução metodológica e temática da Arquivística, da Biblioteconomia, da Paleografia e da Diplomática, da Codicologia e até da Sigilografia, mantendo-as numa situação de clara dependência em relação à História e daí o epíteto clássico de disciplinas (ou de ciências) auxiliares da História. Todavia, o «boom» da informação produzido na sequência das profundas transformações do pós-guerra subverteu a situação e abriu uma grande fenda entre os documentos (livros e manuscritos) antigos e eruditos e as prolíferas massas documentais que as administrações, as empresas, as escolas, os serviços, etc. passaram a gerar e a acumular com valores de uso corrente curtos (cinco a dez anos). Ficou, pois, traçada, a partir daí, a linha divisória entre, por exemplo, os bibliotecários ou bibliotecónomos (ainda muito ligados a uma informação erudita e a práticas de bibliofilia) e os documentalistas (vacionados estes para a informação actual e mais perecível) ou entre os arquivistas históricos («conservadores» dos Arquivos ditos Históricos) e os «técnicos de arquivo corrente ou administrativo» (de formação média e, muitas vezes, dotados apenas de experiência no sector da arquivagem da informação corrente elaborada/recebida pela respectiva entidade, fosse qual fosse).

Para documentalistas e «técnicos de arquivo» a noção operatória de documento começou a divergir bastante da clássica e a sua relação com outras Ciências Documentais, nomeadamente a Paleografia, a Diplomática ou a Codicologia, foi perdendo sentido e vigor até ao afastamento inexorável. Com efeito, um «record manager» (gestor da informação)

tem hoje enorme relutância em ser identificado com um «archivist» (arquivista histórico, na tradição franco-portuguesa e espanhola) ou, por mais fortes motivos, com um paleógrafo e um diplomata, e, por isso, não podemos forçá-lo a afirmar-se como «cientista documental».

Eis-nos, pois, face a um primeiro problema interessante: a cisão existente no seio das «velhas» Ciências Documentais é incontornável, cisão essa que afecta, sobretudo, a Biblioteconomia e a Arquivística. Estas disciplinas entraram numa crise de identidade, que é, obviamente, uma crise qualitativa de maturação e de crescimento. Mas também, sem dúvida, uma crise grave, porque exige tratamento de choque, radical.

Não sei se os bibliotecários nacionais e estrangeiros estão preocupados em fundarem a sua própria epistemologia, mas no que toca à Arquivística considero o panorama geral pouco animador e verifico haver um longo caminho a explorar³. E desde logo na busca de novas relações interdisciplinares, mais sólidas e promissoras. Sem o reconhecimento pleno da interdisciplinaridade ficam tolhidos todos os passos que se queiram dar com vista ao progresso científico da Arquivística. Temos, então, que perspectivá-la num quadro interdisciplinar, ou seja, num plano de intercâmbios, de *in-puts* e *out-puts* com outras ciências que partilham, também, o conhecimento da informação documental (a Sociologia da Administração, das Organizações e da Informação, o Direito Administrativo, a Contabilidade e Gestão Financeira, etc.), porquanto já não é o documento histórico que está em jogo como objecto arquivístico, mas sim a informação orgânica (de e para um organismo, não importa qual) matizada em discursos e materializada nos mais diversos suportes (o documento é, aliás, isto mesmo: discurso inscrito em papel, em banda magnética, em registo informático, em cd-rom, etc.). E surge, assim, um novo problema: como ultrapassar a decantada subsidiaridade da Arquivística relativamente à História e como instaurá-la, de pleno direito, no «espaço» epistemológico das Ciências da Informação?

A solução, ou parte dela, passa, forçosamente, por refazer todo um itinerário de pesquisa até às origens para que se determine, com o rigor

³ Há cerca de dois anos constituiu-se, informalmente, um grupo de quatro docentes dos Cursos de Especialização em Ciências Documentais (dois do Curso do Porto - Manuel Real e Fernanda Ribeiro — e dois do de Coimbra — Júlio Ramos e Armando Malheiro da Silva). O grupo está prestes a publicar, sob o título «Arquivística. Teoria e Prática de uma Ciência da Informação», os resultados da aliciente pesquisa epistemológica que desde então vem desenvolvendo. São, pois, de sua autoria as ideias, necessariamente genéricas e breves, que incluo neste texto sobre a renovação teórica da Arquivística.

possível, o objecto da Arquivística e o seu método. Se tomarmos tão grande e profundo balanço veremos, certamente, um objecto material maior do que aquele que aparece representado nos manuais franceses, espanhóis e até ingleses, americanos e canadianos. Maior que a definição estrita e vulgar de Arquivo, enquanto serviço, local de depósito e conjunto de documentos produzidos e recebidos no decurso de determinada actividade, que se denomina Fundo — conceito criado em 1841 pelo arquivista francês Natalis de Wailly. Maior sem dúvida, porque não é correcto amputar esse «serviço, local de depósito e conjunto de documentos (Fundo)» do(s) contexto(s) em que nasce, cresce e evolui, ou seja, do ambiente sistémico que lhe é natural. E temos, assim, o Arquivo visto como um Sistema em interacção com outros Sistemas (político, administrativo, sócio-económico, cultural, etc.) o que é uma representação inovadora e fecunda, mas, afinal, inspirada nos preceitos essenciais do clássico e muito citado, apesar de pouco lido, *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* dos holandeses S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin (1.ª ed. 1898)⁴. Uma representação com imediatas consequências metodológicas e pedagógicas.

Metodológicas, porquanto se têm revelado sincréticos e insuficientes os procedimentos técnicos (de ordenação, de classificação e de colocação/arrumação dos documentos) ainda actualmente considerados como o(s) método(s) da Arquivística. Mas se, entretanto, o Arquivo for pensado/representado como Sistema de Informação Documental, organicamente constituída e difundida, já de pouco servirá insistir na capacidade metodológica de tais procedimentos, porque estes acabam por integrar o próprio objecto (do Sistema ou Arquivo) e é necessário possuir uma ferramenta mais sofisticada e eficaz que permita — essa sim — conhecê-lo em toda a sua plenitude. Sublinho o verbo conhecer, crucial no processo de refundação científica da Arquivística.

A prioridade face a um Arquivo não é descrever para se aceder rapidamente à informação aí contida, mas conhecer como se formou, se estruturou e como terminou ou porque continua o fluxo informativo. Só depois disto faz sentido descrever e ensaiar a normalização do acesso à informação. A descrição fica, assim, reduzida ao papel de efeito, deixando de ser vista como o essencial ou o exclusivo do trabalho

⁴ MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. - *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley, 2.ª ed., Rio de Janeiro, Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1973. (Tít. orig.: *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van Archieven*)

arquivístico⁵. E é como mero efeito do funcionamento orgânico do Sistema de Arquivo, tanto ao nível nomológico (postulação das leis gerais inerentes ao fenómeno arquivístico) como ao nível tipológico (os diversos tipos de Arquivo, enquanto estrutura e função), que tem de ser analisada. Aliás, só pela análise se consegue atingir algo que até agora tem faltado à Arquivística: a possibilidade de se olhar e de se (re)descobrir a si mesma enquanto ciência. A análise sistémica constitui, pois, a via do (auto-)conhecimento e, ao sê-lo, impõe-se como o método da nova «era post-custodial» da Arquivística, em que insistem os colegas canadianos, ou da «Arquivística multifuncional» pressentida pela arquivista alemã Angelika Menne-Haritz.

Consequências pedagógicas, inevitavelmente: não se pode continuar a ensinar Arquivística como um mero saber prático — uma técnica para muitos ou uma «arte» (fruto de bom-senso e da intuição) para alguns — subsidiário do conhecimento dito científico, nomeadamente o histórico. A partir do momento em que se fundamenta e se projecta a Arquivística como uma das Ciências da Informação, o processo formativo altera-se e passa a reflectir a natureza e o alcance deste novo «salto» epistemológico.

3. Antes de expôr, em linhas gerais e breves, como se poderá desenhar a formação da Arquivística, ciência da Informação, sou obrigado a confrontá-la abreviadamente com as suas congéneres — a Biblioteconomia ou *Library Science* e a Museologia.

Tal como a Arquivística, também estas disciplinas estudam Sistemas Específicos de Informação — Bibliotecas e Museus.

Todos eles acumulam, conservam e divulgam informação e, neste sentido, tendem, graças às novas tecnologias, a aproximar e a unificar os procedimentos de acesso e de recuperação dos dados informativos⁶.

⁵ É nesta linha que julgo poder interpretar-se o preceito 38 do referido Manual dos arquivistas holandeses: «*Antes de descrever-se um volume ou um amarrado cumpre conceber-se claramente a idéia dominante que presidiu à sua formação. (...) Pode-se dizer que uma idéia dominante e definida presidiu sempre à formação do volume, do maço, do dossiê ou do amarrado (ver parágrafo 22). Caso o arquivista pretenda descrever adequadamente a peça de arquivo em questão, deve compreendê-la bem. Com efeito, a descrição mais pormenorizada dos conteúdos dos documentos compreendidos em cada volume ou maço oferece noção tão clara dos seus assuntos como a relação breve feita por alguém que lhes captou a idéia dominante*» (Ob. cit., p. 80).

⁶ O arquivista norte-americano David Bearman considera mesmo inevitável a convergência estratégica destes vários Sistemas face à concorrência exercida, no plano cultural, pelos «mass media», pelas instituições educativas ou pelas empresas do sector da diversão e do turismo. Daí a interrogação: «*From these strengths, how can libraries, archives and museums both transform themselves to fit into new ecological niches in*

No entanto, a especificidade de cada um desses Sistemas acaba por condicionar os esforços de normalização. E, bem vistas as coisas, condiciona (darei até que limita) mais num caso que nos outros: o Sistema de Informação-Arquivo radica numa estrutura orgânico-funcional que determina o tratamento e o acesso ao fluxo informativo em moldes sem paralelo nos restantes Sistemas, embora persista a ideia redutora da total similitude do modo de gestão da informação em Bibliotecas e Arquivos. E embora isto até se verifique em parte, não suplanta as implicações profundas de uma característica estrutural, a saber: ao contrário da informação concentrada e recuperada nas Bibliotecas, nos Centros de Documentação e nos Museus, a do Arquivo depende, sobretudo, dos objectivos, dos interesses e das necessidades de quem a cria, recebe e acumula, ou seja, segue uma lógica de circuito interno e singular, o que significa ser possível a existência de Arquivos diferentes, quanto ao tipo, conteúdo e forma da informação, visto que as inúmeras entidades produtoras/receptoras de informação arquivística (ou documental) são, naturalmente, diferentes entre si.

Por seu turno, num Museu o carácter orgânico — em evidência no Arquivo — acaba por se degradar pela ampliação das colecções de acordo com critérios essencialmente temáticos (as Colecções de Arte Moderna, Contemporânea, Africana, Chinesa; as Colecções Etnográficas; etc.) e degrada-se menos se o critério da sua constituição for de cariz orgânico, isto é, se estiver mais próximo dos meios e dos fins de determinada actividade ou acção fundadora (um exemplo entre vários: a Casa-Museu de um Artista, de um Escritor ou de um Estadista ilustre representa um Sistema Patrimonial Complexo que é possível manter na íntegra, sem fragmentar por alienação dos bens em antiquários e alfarrabistas ou pela sua separação, enviando os livros para uma Biblioteca, os documentos de função para um Serviço de Arquivo e expôr, à parte, dentro de parâmetros museológicos, mobiliário, quadros, louças, vestuário, etc.).

the networked information age and compete with the private sector information vendors who will be trying to supplant them in all areas in which a profit is to be made?» E a solução passa, segundo ele, pela aposta num sistema aberto (de interface) de comunicação: «*Over the past several years, I have chaired a committee on Computer Interchange of Museum Information which has established a Standards Framework for Computer Interchange of Museum Information that provides a blueprint for libraries, archives and museums in the future. The direction is toward open systems*» (BEARMAN, David — *Experience Delivery Services*, in «CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 5.º, Lisboa, 1994 — *Multiculturalismo. Comunicações. Arquivos*», vol. 2, Lisboa, BAD, 1994, p. 157 e 158).

A organicidade, que vai marcando a diferença essencial entre estes três Sistemas Específicos de Informação, atenua-se bastante ou até se perde no caso das Bibliotecas, porque aí a informação procede de variadíssimas fontes e reveste múltiplas formas (livros, revistas, jornais, cassetes audio, video-cassetes, compacto-discos...), sempre sem um vínculo orgânico forte e apenas com um fim claro: ser «consumida» por um número ilimitado de utentes. Estamos, assim, perante um circuito externo e universalizante, que facilita imenso os programas de normalização da descrição e da troca ou intercâmbio informativo, ao contrário precisamente do que sucede com a informação arquivística. E mesmo nas Bibliotecas ditas Especializadas, Centros de Documentação ou de Informação, não obstante a homogeneidade temática dos diversos tipos de documentos aí concentrados e a sua procura por um número restrito de utentes (cientistas, técnicos de um laboratório ou de uma empresa, gestores financeiros, etc.), a organicidade é reduzida e parcelar: manifesta-se através do uso estratégico e operacional (orgânico-funcional) que é dado à informação recebida, mas como esta é exógena e estranha à entidade que a recebe, não há, afinal, um vínculo orgânico pleno.

Uma vez aceite esta distinção essencial, estabelecida entre os três Sistemas, torna-se inevitável reconhecer que o Arquivista deverá assumir uma função distinta do Bibliotecário ou do Museólogo, na medida em que lhe compete investigar cada Sistema de Arquivo concreto de modo a contrapô-lo às leis e aos tipos gerais e a mantê-lo, concluída a pesquisa, acessível e operacional a todos quantos carecem da respectiva informação orgânica. O seu acesso deixa, pois, de constituir a razão de ser do trabalho do Arquivista, ao contrário do que sucede com o Bibliotecário ou o Documentalista, circunscrito cada vez mais à gestão das potencialidades comunicativas da informação através do uso apurado dos recursos informáticos. E não exagero se disser que a acção técnica/especializada desenvolvida nas Bibliotecas ou nos Centros de Documentação parece esgotar-se toda no controlo de tais recursos. Como também não exagero ao afirmar que o mesmo não ocorre no Arquivo ou no Museu: o Arquivista e o Museólogo, cada um a seu modo, só conseguem garantir a plena fruição pública dos respectivos Sistemas se souberem desenvolver uma pesquisa contínua e exaustiva sobre o seu conteúdo. Note-se que a pesquisa arquivística, centrada nas origens, na evolução e nos objectivos da entidade produtora do Arquivo, segue, também, trilhos temáticos interdisciplinares (com a Sociologia, a História Político-Institucional, o Direito Administrativo e Processual, etc.), embora vise resultados práticos, em geral, não coincidentes com os da pesquisa museológica.

Do exposto deduzo, portanto, que a especificidade epistemológica das três ciências em confronto justifica e exige a concepção de modelos

de formação autónoma ou diferenciada. E se é verdade que a Museologia já há muito se separou da Arquivística e da Biblioteconomia, não o é menos a tendência dominante em vários países, nomeadamente em Portugal, para conservar estas últimas não só unidas, mas até envolvidas numa relação equívoca de dependência que tem prejudicado claramente a ciência dos Arquivos.

4. A clássica dependência em relação à História é tão anacrónica e contraproducente como a que se tem mantido, no modelo de formação BAD em vigor, relativamente à Biblioteconomia. Nada, de facto, a recomenda e é por este ponto que inicio a defesa da minha perspectiva sobre Cursos e Planos Curriculares.

Há Ciências da Informação (as Ciências Documentais são, hoje, um anacronismo...) e há interdisciplinaridade. Dois eixos epistemológicos elementares em torno dos quais «giram» a Arquivística, a Biblioteconomia, a Museologia e outras mais, mas cada qual com a sua própria rotação. Para tanto, urge pensar um modelo de formação, onde seja, simultaneamente, valorizada a componente interdisciplinar e reforçada a especificidade científica.

Um tal modelo leva a separar mais cedo as actuais variantes de Arquivo e de Biblioteca. Num novo Curso de Especialização? Numa Pós-Graduação? Numa Licenciatura?

Excluo, desde já, a primeira modalidade, porque já pouco ou nada significa. Para base de trabalho admito as outras duas e o Mestrado.

Uma Pós-Graduação em Arquivos ou em Arquivística e outra em Biblioteconomia, com dois anos de duração para licenciados em História, em Filosofia, em Direito, em Humanidades e Literaturas, em Biologia, em Física, em Química, em Farmácia, em Engenharias, etc., pode muito bem ser a solução imediata mais adequada⁷. No entanto, penso que não se deve cair no erro cometido com os Cursos de Especialização em Ciências Documentais, ou seja, bloquear o acesso a uma carreira científica pautada pelo Mestrado e culminada no Doutoramento. A Pós-Graduação poderá, talvez, abrir-se ao Mestrado⁸, segundo um esquema, mais ou

⁷ É, *mutatis mutandis*, o modelo seguido para a formação superior em Arquivística no Brasil: ARAÚJO, Adriana Monteiro; MARTINS, Daniela Francescutti; SILVA, Luís Cardoso da — *A Formação profissional do arquivista*, in «CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 5.º, Lisboa, 1994 — Multiculturalismo. Comunicações. Arquivos», vol. 2, Lisboa, BAD, 1994, p. 385-397.

⁸ Perfilho a opinião do colega Rui Viana, Director da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, a quem agradeço a profícua troca de impressões que me proporcionou sobre toda esta problemática.

menos deste tipo: dois anos com carga curricular que, uma vez concluída, confere diploma de pós-graduado, e mais um semestre para elaboração de uma dissertação, que permitirá obter o grau de Mestre.

O elenco das cadeiras da parte curricular tem de incluir as ciências que partilham de forma estreita o mesmo objecto material da Arquivística e de acentuar o desdobramento, julgado conveniente, das matérias essencialmente arquivísticas. A título de exemplo, e sem qualquer intuito de fixar uma matriz definitiva, adianto um hipotético plano curricular em dois anos:

1.º ano	2.º ano
Teoria e Prática da Arquivística I (a)	Teoria e Prática da Arquivística II (a)
Introdução à Informática (a)	Técnicas de Descrição e de Pesquisa da Informação (a)
Sociologia da Informação (a)	Indexação por Assuntos (a)
Sociologia da Administração (s)	Paleografia e Diplomática (a)
História Institucional e Política sécs. X-XX (a)	Codicologia (s)
Gestão das Organizações (s)	Difusão e Extensão Cultural e Educativa (s)
Direito Administrativo e Processual (a)	Arquitectura para Arquivos (s)
Noções de Contabilidade e Gestão Financeira (a)	Conservação e Restauro (a)

(a) anual; (s) semestral

Onze cadeiras anuais e cinco semestrais distribuídas por uma carga horária a determinar dentro de uma ocupação lectiva que não excederá os quatro dias. Num total de dezasseis cadeiras, só quatro — Introdução à Informática, Sociologia da Informação, Indexação por Assuntos e Conservação e Restauro — são comuns a uma Pós-Graduação em Arquivos e em Bibliotecas. Significa isto a aposta clara e natural numa formação bastante especializada, mas sem perda da dimensão interdisciplinar.

Uma aposta a manter na configuração do Mestrado com um leque amplo de temas específicos à escolha, tendo em vista a dissertação obrigatória. Esta deverá ser orientada por um Docente doutorado, de preferência, na área científica sobre que incide a tese, e se tal não for possível terá de haver um co-Orientador ligado a essa área mesmo que não possua grau de Mestre ou de Doutor. O acesso ao Mestrado seria automático para todos os diplomados com a Pós-Graduação.

Em alternativa a este modelo, obviamente transitório, pode contrapor-se a Licenciatura, obviamente definitivo. Mas de que tipo?

Criticámos atrás a Licenciatura em História, variante de Ciências Documentais, criada na Universidade Nova de Lisboa. Excluído, pois, tal figurino, resta a criação de uma Licenciatura de raiz, completada depois por Mestrado e Doutoramento.

Mas uma Licenciatura em quê?

Pode ser em Ciências da Informação. No entanto, a amplitude do conceito prejudica a implantação positiva dos potenciais licenciados no mercado de trabalho. Convirá, por isso, explicitar as variantes — em Arquivos, em Bibliotecas e — porque não? — em Museus⁹. Voltamos, assim, ao velho esquema do tronco comum seguido das opções, só que agora o plano curricular tem de obedecer a outros critérios.

Quais?

Em primeiro lugar, é preciso definir bem o «espaço» epistemológico das Ciências da Informação, sem o que não será fácil enquadrar academicamente o Curso (em que Faculdade e Departamento?), nem conceber um ano com cadeiras propedêuticas e complementares que representem as principais «pedras angulares» desta área científica. Em segundo, é preciso consagrar, sem equívocos, a especificidade do saber arquivístico, do biblioteconómico e do museológico. Em terceiro e último lugar, é preciso garantir a investigação teórica e aplicada em cada um destes saberes através de Centros especializados.

Se for possível respeitar estes critérios parece-me viável a criação, a médio prazo, de uma Licenciatura em Ciências da Informação, nas variantes de Arquivística, de Biblioteconomia e de Museologia. Parece-me até muito mais viável e razoável do que a criação de Licenciaturas autónomas em Arquivística ou em Biblioteconomia, porque este modelo pode fechar-se à interdisciplinaridade. Mas o que importa é instaurar o debate, assentá-lo numa sólida base epistemológica e esperar que da participação de todos os interessados resulte a adopção das soluções mais adequadas.

Como achega para esse debate adianto uma sugestão genérica e exemplificativa sobre o plano curricular da Licenciatura na variante Arquivística. Uma disciplina nuclear designada, no plano da Pós-Graduação, como *Teoria e Prática da Arquivística I* (anual) e *II* (anual) terá de ser desdobrada, no plano da Licenciatura, em várias disciplinas anuais e semestrais, a saber: *Introdução aos Estudos Arquivísticos ou Teoria da Arquivística* (anual); *Arquivos na Antiguidade Clássica*

⁹ A inclusão da Museologia no grupo das Ciências da Informação é, certamente, controversa ao ponto de suscitar a indignação geral (de arquivistas, de bibliotecários e de museólogos). No entanto, convém ter presente que o objecto material desta disciplina é um Sistema Específico de Informação, como o são, também, o Arquivo e a Biblioteca. Logo, parece-me subsistir algum fundamento de ordem epistemológica para que se respeite a base interdisciplinar existente entre estas três Ciências. Apressos-me, porém, a admitir que a fundamentação epistemológica para tal demarca-se da tradição erudita ainda vigente em Espanha e que mantém os Arquivos, as Bibliotecas e os Museus unidos do ponto de vista associativo e cultural.

(semestral); *Arquivos Medievais e Modernos* (semestral); *Arquivística Contemporânea* (anual); e *Arquivística Aplicada I* (anual) e *II* (anual).

A adopção da Licenciatura facilita e converte em corolário lógico a criação do Mestrado, de preferência sem parte curricular e baseado em dois ou três Seminários auxiliares e/ou preparatórios da escolha e da feitura da dissertação. O Doutoramento sucederá como mais um passo decisivo na formação científica do Arquivista.

5. À guisa de síntese final, resumo a minha posição nos seguintes pontos:

1.º Rejeição absoluta de qualquer tentativa de mudança da formação BAD sem que haja uma prévia e desenvolvida pesquisa epistemológica.

2.º Esboço de um novo paradigma científico para a Arquivística.

3.º Aceitação plena das consequências pedagógicas desse paradigma, que implica, por um lado, a afirmação de um determinado «espaço» epistemológico comum — as Ciências da Informação — e, por outro, a valorização da interdisciplinaridade.

4.º Defesa de um modelo de formação que respeite e aprofunde a especificidade de cada uma dessas Ciências, sem prejuízo da vertente interdisciplinar.

5.º Substituição faseada ou gradualista dos actuais Cursos de Especialização em Ciências Documentais: a curto prazo (1.ª fase) Pós-Graduações Autónomas em Arquivística e em Biblioteconomia; e a médio prazo (2.ª fase) Licenciatura em Ciências da Informação, com um tronco comum de um ano e as variantes específicas (Arquivística, Biblioteconomia e Museologia) concentradas nos anos seguintes, completada por Mestrado e Doutoramento.

6.º Preferência por uma solução gradualista, porque o mercado de trabalho precisa de ser ampliado e estimulado, em especial no sector dos Arquivos, onde há muitos potenciais empregadores (desde a Administração Central, passando pelas Autarquias até às médias e grandes Empresas), mas em geral insensíveis à contratação de arquivistas.